

## **Mesa-Redonda: “Criação de emprego científico: que necessidades?”**

*Manuel Rodrigues, Sócio-gerente da Biopremier*

As necessidades de emprego científico são consequência das necessidades do próprio País. Assentam em duas vertentes principais, por um lado, a necessidade de aumento da produtividade portuguesa e desenvolvimento do país, e por outro lado o investimento feito na formação de recursos humanos. Apesar do primeiro caso ser comumente citado, no segundo caso existe por vezes uma percepção errada do problema. O país que investiu e bem na qualificação dos recursos humanos, sujeita-se neste momento, se algumas medidas não forem já tomadas, a perder investimento, deixando que países estrangeiros retirem os proveitos do investimento realizado, ou mantendo internamente recursos humanos altamente qualificados, a exercerem funções não compatíveis com as suas habilitações. Serão estes recursos humanos, em número excessivo ou Portugal não criou no devido tempo as estruturas que permitissem retirar partido desta situação? A resposta é claramente a última. Se ao nível público o investimento teria forçosamente de ser maior para encurtar caminho em relação aos países mais desenvolvidos, ao nível privado a situação é infelizmente pior. Este deveria ser o sector com a quota maioritária ao nível do investimento em I&D e na prática acontece precisamente o contrário. Deste modo, temos hoje Bolseiros de investigação científica que passam da situação temporária prevista inicialmente, para uma situação quase definitiva, com a criação de bolsas para sucederem uma às outras, mas com condições precárias. As razões são que por um lado aos organismos públicos sai mais barata esta situação, em vez de integrarem investigadores nos seus quadros, apesar das vantagens ao nível da continuidade de estudos e da gestão de recursos humanos. Por outro lado, sabe-se que não é possível ao estado absorver os recursos humanos formados e se não houverem bolsas serão investimentos perdidos, fomentando a fuga de cérebros ou o aumento do desemprego. Esta situação é explicada pela inexistência de alternativas no sector privado. As empresas portuguesas investem pouco em I&D, e muitas realizam apenas operações de marketing e vendas.

Penso que no futuro a criação de novas empresas de base tecnológica será um facto muito mais comum, consequência das alternativas disponíveis. É claro que este passo envolve riscos, sacrifícios, e capital financeiro. Para além disso, existem factos que tornam estas empresas mais difíceis de gerir como sendo a reduzida experiência empresarial dos seus empresários, o facto de serem micro-empresas, e de apresentarem novos produtos num universo já bastante competitivo. As vantagens são óbvias, o capital científico e o desenvolvimento de novas soluções para novos e velhos problemas. É necessária a existência de medidas adequadas que promovam o aparecimento destas empresas, facto que não acontece actualmente. Exemplo disso é o programa Nest, no qual é necessário que a empresa a criar seja uma Sociedade Anónima (S.A.). Conhecendo o tipo de empresas de base tecnológica que surgem e as suas características penso que só este facto demonstra a sua desadequação, com vista aos encargos e gestão necessários a uma empresa deste género. Para além disso, é necessário complementar as ajudas comunitárias, nos casos em que as empresas não possam usufruir destes recursos por situações de ordem geográfica, como acontece com a região de Lisboa e Vale do Tejo. Esta região, dada a existência de vários centros de investigação e institutos, é naturalmente uma região preferencial para a criação de empresas tecnológicas, e que por esse motivo não pode ficar à margem de determinadas ajudas financeiras, comprometendo algo essencial para o desenvolvimento do país.

Ao nível privado o tão falado capital de risco em Portugal é praticamente inexistente, pelo menos nos primeiros 2-4 anos de uma empresa. Prefere-se não arriscar tanto, abdicando de maiores rentabilidades, contrariando o importante e principal papel do capital de risco noutros países que é o de apoiar empresas de base tecnológica nas suas primeiras fases de existência. Em Portugal este recurso é utilizado para operações de expansão e regra geral a partir de valores na ordem dos 500.000€. Outro caso está relacionado com a necessidade de implementar e adequar métodos, exigindo muito trabalho antes de se conseguir algum retorno. Neste espaço de tempo, é útil a muitos promotores poderem conjugar o seu trabalho de investigação com a vida empresarial. No entanto, mesmo sem poder receber um salário, fruto do estatuto de bolseiro, os bolsieiros sócios-gerentes de empresas, terão de efectuar descontos para a segurança social de um salário virtual (salário mínimo pelo menos) sobrecarregando financeiramente as novas empresas.

Fruto dos enormes investimentos necessários para a compra de equipamento e infraestruturas de uma empresa de base tecnológica, a sua criação passa geralmente por serem start-ups de centros de investigação, utilizando equipamentos através de acordos benéficos para ambas as partes. No entanto, cada vez mais os institutos e universidades, prestam serviços para a comunidade no sentido de se autofinanciarem, sendo, no futuro, favorável a clarificação do papel destes organismos, no tecido empresarial. É, no entanto, extremamente importante a existência de unidades de interface entre investigação e empresas, tais como os ninhos de empresas, ou os parques tecnológicos.

Concluindo, são necessárias medidas desburocratizadas que promovam o aparecimento de estruturas que invistam na I&D, sendo imprescindível o ajuste de várias das medidas existentes. Para além disso, é necessário um forte investimento no sentido de mudar mentalidades nas empresas portuguesas, levando-as a reconhecer que o único modo de se manterem num mercado sem fronteiras, é apostando continuamente na inovação e qualidade. Também no estrangeiro, será de grande utilidade passar uma imagem de Portugal mais ligado às novas tecnologias, incentivando empresas multinacionais a desenvolverem acções de investigação em território nacional. Portugal detém, neste momento, capital científico com a qualidade e número suficientes para ser um país na linha da frente no que concerne à capacidade de inovação, hajam condições que permitam esta realidade num futuro próximo.